

Autora:

Maria do Rosário Ferreira

rosarioferreira.fluc@gmail.com

Título:

Pedro de Barcelos e Fibonacci: da forma como mediação (sobre a estrutura original da Crónica de 1344).

Resumo:

Considerada caótica ou apenas desajeitada nas suas secas enumerações e sucessivas recorrências cronológicas, a parte inicial da redacção original da Crónica de 1344 contrasta com o texto correspondente da refundição que sofreu por volta de 1400, pautada por uma narrativa linear e previsível, bem na linha da Estoria de España alfonsina que lhe passou a estar na base. Uma observação mais atenta revela, no entanto, que essa parte inicial do texto original encadeia numa estrutura espiralada complexa sucessivas linhas temporais que vão encurtando a cronologia abrangida, aproximando-a do presente, à medida que a matéria narrada se vai tornando mais densa. A última grande sequência temporal acaba mesmo por englobar todo o remanescente do texto original, dependente já da matriz historiográfica alfonsina. Mais ainda, essas múltiplas espiras tendem a convergir, como um vórtice, num momento repetidamente evocado: a batalha do Salado. O esquema discursivo original da Crónica de 1344 parece assim desenvolver-se segundo o paradigma multidimensional e auto-replicativo de uma forma fractal, numa estrutura que poderá radicar na adaptação historiográfica de modelos conceptualmente mais ajustados à exposição de matéria genealógica.

Palavras-chave:

Crónica de 1344; Estoria de España; Pedro de Barcelos; batalha do Salado; Tarifa; genealogia; Fibonacci; fractal; representação do tempo.

Abstract:

The first section of the original version of Pedro de Barcelos's Crónica de 1344 consists mainly of a seemingly chaotic, or at best clumsy, succession of enumerative lists of historical or legendary characters. It contrasts deeply with the corresponding text of the anonymous reformulation of the chronicle, redacted circa 1400, which abides by an orderly narrative in conformity with the text of its source, Alfonso X's Estoria de España. However, under more attentive consideration, the original first section proves match a complex spiralled structure that concatenates a sequence of partly overlapping time lines. Each of them reaches the present of the chronicle, and, as their chronological span becomes progressively shorter, the narrative grows lengthier. The last and denser time line encompasses the remainder of the chronicle, which, already in the original version, followed alfonsine based sources. Evolving like a vortex, the successive or intertwined time lines converge in a single significant event, coeval with the original text and repeatedly evoked: the battle of Tarifa (or Salado). Thus, the original structure of Crónica de 1344 appears to develop according to a multidimensional and self-replicative paradigm similar to a fractal. This elaborate conception may reflect the adaptation to historiographic needs of models of thought used in genealogical writing.

Keywords:

Crónica de 1344; Estoria de España; Pedro de Barcelos; battle of Salado; Tarifa; genealogy; Fibonacci; fractal; time representation.

Como citar este artigo:

Maria do Rosário Ferreira, "Pedro de Barcelos e Fibonacci: da forma como mediação (sobre a estrutura original da Crónica de 1344)", *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 1, 2016, pp. 17-32. DOI: 10.21747/21839301/gua1a2

PEDRO DE BARCELOS E FIBONACCI: DA FORMA COMO MEDIAÇÃO (SOBRE A ESTRUTURA ORIGINAL DA *CRÓNICA DE 1344*)¹

Maria do Rosário Ferreira
Universidade de Coimbra
SMELPS/IF (FCT)

A figura autoral de Pedro de Barcelos e a especificidade da sua obra vêm constituindo nos últimos anos um dos eixos da investigação com que tenho tentado contribuir para o avanço do conhecimento sobre a escrita medieval em Portugal, as suas ligações com as concepções do poder e o seu papel na representação de um determinado imaginário². No que toca à *Crónica de 1344*, as idiosincrasias da sua forma original e o percurso cheio de vicissitudes de transmissão e de equívocos de edição que esta obra veio a conhecer levaram a que o texto que a representa seja ainda insuficientemente conhecido, não estando mesmo inteiramente disponível fora dos

¹ Este texto aprofunda em alguns aspectos o estudo apresentado em Lisboa por ocasião do colóquio de homenagem ao Professor Helder Godinho, a 6 de Novembro de 2014, e publicado em versão espanhola como «Pedro de Barcelos y la escritura de la Historia: la estructura de la redacción original de la *Crónica de 1344*», in Constance Carta, Sarah Finci e Dora Mancheva (dir.), *Antes se agotan la mano y la pluma que su historia / Magis deficit manus et calamusquam eius historia (Homenaje a Carlos Alvar). I: Edad Media*, San Millán de la Cogolla, Cilengua, 2016, pp. 103-120.

² Ver os estudos de Maria do Rosário Ferreira, «O *Liber regum* e a representação aristocrática da Espanha na obra do Conde D. Pedro de Barcelos», *e-Spania* [En ligne], n^o9 (2010), <<http://e-spania.revues.org/19675>> [consultado a 6 de Julho de 2015]; «D. Pedro de Barcelos e a representação do passado Ibérico», in *id.*, *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, pp. 84-90; «A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*», *e-Spania* [En ligne], n^o11 (2011), <<http://e-spania.revues.org/20273>> [consultado a 6 de Julho de 2015]; «As traduções de castelhano para galego-português e as políticas da língua nos séculos XIII-XIV», *e-Spania* [En ligne], n^o13 (2012), <<http://e-spania.revues.org/21021>> [consultado a 6 de Julho de 2015]; «“Amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”. Apontamentos sobre o prólogo do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro», *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, n^o35 (2012), pp. 93-122; *id.*, «Pedro de Barcelos e a salvação da Espanha», in Samuel Dimas, Renato Epifânio e Luís Lóia (dir.), *Redenção e escatologia: estudos de filosofia, religião, literatura e arte na cultura portuguesa* (Idade média; v. 1, t. 2), Paris, Nota de Rodapé, 2015, pp. 105-118; e ainda, da mesma autora em colaboração com José Carlos Ribeiro Miranda, «O projecto de escrita de Pedro de Barcelos», *População e Sociedade*, n^o23 (2015), pp. 25-43, podendo ser consultado em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade-n-o-23> [consultado a 16 de Julho de 2015].

manuscritos³. Aqui, tentarei elucidar a problemática suscitada pela progressão cronológica aparentemente errática que se verifica no texto da redacção primitiva da *Crónica de 1344*⁴.

A *Crónica de 1344*, elaborada sob a orientação do Conde Pedro de Barcelos, mas cujo texto primitivo português se perdeu, é conhecida sobretudo através da sua reformulação anónima de *circa* 1400, cuja monumental edição, precedida por um grosso volume introdutório, foi dada ao prelo por Luís Filipe Lindley Cintra entre 1951 e 1990⁵. O que sobreviveu da redacção original, preservado em tradução castelhana no ms. *M* (2656 BUS), deixa claro que se tratava de uma compilação bem mais difícil de integrar numa tradição historiográfica definida do que a reformulação de *circa* 1400. É possível estabelecer no texto do ms. *M* duas secções tipologicamente bem distintas, das quais a primeira, comparativamente curta, ocupa os primeiros 55 fólios, tendo sido editada por Diego Catalán e publicada em 1971⁶. A segunda, muito mais longa, estende-se até ao fólio 338, onde o manuscrito termina truncado ainda longe do fim, permanece até hoje inédita⁷. Embora este último e extenso troço se filie numa tradição neo-isidoriana (baseada na sucessão cronológica de unidades narrativas correspondentes aos reinados), cuja reelaboração vernácula remonta ao *scriptorium* de rei Afonso X, o Sábio⁸,

³ A redacção primitiva da *Crónica* subsiste apenas em tradução castelhana incompleta (até ao reinado de Afonso VII). Diego Catalán editou, com a colaboração de María Soledad de Andrés, a respectiva secção inicial (*Edición crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos, 1971), correspondendo aos primeiros 55 dos 338 fólios do testemunho que a preserva, *M*, ms. 2565 da Biblioteca Universitaria de Salamanca, cotejados com o fragmento *E*, foll. 104r-134v do ms. &-II-i da Biblioteca de El Escorial. Ressalvando a transcrições pontual de alguns trechos dispersos, o resto não saiu até hoje do manuscrito. Por sua vez, Luís Filipe Lindley Cintra (1954, 1961, 1990) editou o texto português da reformulação da *Crónica* levada a cabo *circa* 1400 (*Crónica Geral de Espanha de 1344. Edição crítica do texto português*, 4 voll., Lisboa, Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951, 1954, 1961, 1990), que não preserva nem a matéria especificamente portuguesa (inserida na edição com base no texto de uma reformulação posterior, com características abreviantes, datada de *circa* 1460), nem os reinados castelhanos finais, de Afonso X a Afonso XI. O projecto «Pedro de Barcelos e a monarquia-castelhana leonesa: estudo e edição da secção final inédita da *Crónica de 1344*» (EXPL/CPC-ELT/1300/2013) tem como objectivo disponibilizar à comunidade científica o texto crítico dos capítulos de manuscritos castelhanos da *Crónica* que melhor preservam o relato desses últimos reinados. Os resultados estão a ser progressivamente divulgados no *website* dedicado <<http://pedrodebarcelos.wix.com/cronica1344>>, estando já também disponível, na colecção «Travaux en cours» da editora *online* «Les livres d'e-Spania», o volume *De Afonso X a Afonso XI. Edição e estudo do texto castelhana dos reinados finais da 2ª redacção da Crónica de 1344*, com direcção de Maria do Rosário Ferreira e participação de Maria Joana Gomes, Ana Sofia Laranjinha, José Carlos Ribeiro Miranda, Filipe Alves Moreira, António Resende de Oliveira e Ricardo Pichel Gotérrez, <<http://e-spanialivres.revues.org/698>> [consultado a 16 de Julho de 2015].

⁴ Como se depreende da descrição de Cintra, *Crónica Geral de Espanha...*, vol. 1, pp. XXXI-XXXIII, e afirma claramente Catalán, *Crónica de 1344...*, pp. XXX, LII.

⁵ Cintra, *Crónica Geral de Espanha...*, voll. 1, 2, 3, 4.

⁶ Catalán, *Crónica de 1344...*

⁷ Ver em Cintra, *Crónica Geral de Espanha...*, vol. 1, pp. XXXIII-XXXVI, a relação de conteúdos desta secção.

⁸ Sobre as fontes e técnicas compositivas desta longa secção da *Crónica de 1344*, ver, além das conclusões fundacionais de Cintra, *Crónica Geral de Espanha...*, vol. 1, pp. CCCXI-CCCXVI, em alguns pontos

a secção inicial do texto representado pelo ms. *M* revela certas singularidades de redacção, de estrutura e de escolha de fontes que a situam inequivocamente à margem dessa escola historiográfica castelhana⁹.

Os meios culturais onde a obra veio a difundir-se rejeitaram essas características particulares, como se deduz da reformulação de *circa* 1400, que se encarregou de as fazer desaparecer. De facto, se compararmos a *Crónica de 1344* com a dita reformulação, verificamos que a secção inicial foi substituída por um texto novo, construído de acordo com os preceitos alfonsinos¹⁰. Contudo, não foi apenas a recepção próxima da *Crónica de 1344* (que designarei por *Crónica do Conde* quando se prestar a confusões com o texto reformulado) que encarou com estranheza a pouco ortodoxa secção inicial da obra. É o que mostram alguns comentários de Diego Catalán no magnífico estudo com que introduz a edição dos 55 fólhos iniciais do ms. *M*, onde manifesta o desfavorável julgamento que lhe merecem as capacidades de Pedro de Barcelos enquanto historiógrafo:

*Los materiales que la integran son caóticos [...] No hay duda de que toda esta primera parte de la Crónica de 1344 [...] es un esfuerzo muy personal por encuadrar la historia de España, heredada de la escuela historiográfica castellana, en un contexto más amplio; pero en ella don Pedro no sólo nos muestra su excepcional curiosidad histórica, sino también sus limitaciones como historiador. Las fuentes utilizadas [...] no fueron seleccionadas de un modo sistemático [...], sino que responden al acaso, y no hay el menor intento de someter los materiales acopiados a una estructura historiográfica preconcebida; es más, falta inclusive un mínimo de organización de los datos conforme a un plan expositivo*¹¹.

É verdade que, tomando como ponto de comparação o modelo cronístico neoisidoriano, a secção inicial da *Crónica do Conde* se mostra claramente discrepante no que toca à redacção e à estrutura. Por um lado, apesenta largos troços enumerativos, constituídos por sequências de listas de tipo genealógico; por outro, viola o critério de progressão cronológica linear convencionalizado no campo de escrita historiográfica. A divergência relativamente à escola castelhana manifesta-se, ainda, num outro plano, fundamental do ponto de vista compilatório: o da selecção e harmonização de fontes.

modalizadas por Diego Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid, Gredos, 1962, pp. 323-325, os estudos mais recentes deste último autor, *Crónica de 1344...*, pp. XLV-XLVIII, LI-LII e «La expansión al occidente de la Península Ibérica del modelo historiográfico “Estoria de España”. Nuevas precisiones», in *La Estoria de España de Alfonso X*, Madrid, Fundación Menéndez Pidal/Universidad Autónoma, 1992, pp. 185-196, e de Ferreira, «As traduções de castelhano para galego-português...», §20-29).

⁹ Ver a este respeito as considerações de Catalán, *Crónica de 1344...*, pp. LII.

¹⁰ A comparação de conteúdos entre a secção inicial da *Crónica* na redacção original e na reformulação *circa* 1400 é feita por Cintra, *Crónica Geral de Espanha...*, vol. 1, pp. XXXVI-XXXVIII. O novo texto rejeita maioritariamente os trechos não narrativos, usando como fontes supletivas para a matéria rejeitada as versões vulgar e crítica da *Estoria de España* (ver D. Catalán, *De la silva textual al taller historiográfico alfonsi. Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 1997, pp. 67 e 235).

¹¹ Catalán, *Crónica de 1344...*, p. XXX).

Apesar de, na maior parte do texto, a *Crónica do Conde* trabalhar sobre materiais pós-alfonsinos, as fontes da dita secção inicial, identificadas por Cintra e Catalán¹², enquadram-se em universos textuais bem diferentes, onde a enumeração tende a ter precedência sobre a narração. A própria designação pela negativa que a crítica vem usando para identificar este bloco inicial da crónica, secção «não-cronística», é significativa da impotência dos estudiosos face a um objecto historiográfico que conceptualmente lhes escapa.

Mais uma vez, Diego Catalán não deixa de dar voz ao seu desconforto perante uma tal situação:

*Es verdad que las fuentes de que [el Conde] disponía eran demasiado dispares para componer con ellas una narración equilibrada; pero aun teniendo en cuenta esta dificultad, su inhabilidad compilatoria resulta algo extraña; el desorden expositivo sólo tiene justificación si tenemos en cuenta su vocación de genealogista. Los libros de linajes le habían acostumbrado a desestimar la cronología como principio organizador y a considerar perfectamente natural un ir y venir a lo largo del eje del tiempo*¹³.

Ao mesmo tempo que procura justificar as singularidades compilatórias da *Crónica do Conde*, o filólogo chama aqui a atenção para um aspecto primordial na personalidade autoral de Pedro de Barcelos, que relaciona com a patente violação da cronologia verificada na obra: a sua vocação de genealogista. A questão que se pode colocar é se a inquestionável afinidade de Pedro de Barcelos com a reiteração temporal própria do pensamento genealógico, ao afastar a sua escrita de uma representação linear e unívoca do tempo, leva necessariamente a postular a desorganização da sua obra historiográfica; ou se, pelo contrário, a ramificação própria do discurso genealógico poderá ser a base de um princípio estruturante distinto que esteja subjacente à sua *Crónica*. Perante a diversidade das concepções do tempo ao longo da história, nas diferentes culturas e religiões, e até mesmo segundo paradigmas científicos diversos sempre sujeitos a serem revolucionados pelos avanços da física¹⁴, não será de pôr a hipótese de Pedro de Barcelos ter idealizado e dado forma a uma representação idiossincrática da inserção do homem no tempo, em vez de lançar mão dos modelos hegemónicos?

¹² Ver L. F. L. Cintra, «Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do *Liber regum*», *Bulletin Hispanique*, nº52 (1950), pp. 27-40, e *id.*, *Crónica Geral de Espanha...*, vol. 1, pp. XXXI-XXXIII, CXII, XCVII-CV, CXXIV-CXXV, CCCXXX-CCCLI); e também Catalán, *De Afonso X...*, pp. 305-312, 357-408, e *id.*, *Crónica de 1344...*, pp. LII-LXVIII.

¹³ Catalán, *Crónica de 1344...*, pp. LII.

¹⁴ Convém, além disso, ter em conta as reservas epistemológicas que pode suscitar a reificação de um esquema dominante (na nossa cultura ocidental, o da cronologia linear) como única representação autorizada da inserção do homem no tempo. Ver em torno deste assunto, Hervé Barreau, «Modèles circulaires, linéaires et ramifiés de la représentation du temps», in D. Tiffenau (dir.), *Mythes et représentations du temps*, Paris, CNRS, 1985, pp. 135-155; Norbert ELIAS, *Du temps*, Paris, Fayard, 1996; Stephen W. Hawking e Leonard Mlodinw, *A Briefer History of Time*, New York, Bantam Books, 2005; Robin Le Poidevin, *The Images of Time: An Essay on Temporal Representation*, Oxford, OUP, 2007.

A relação de conteúdos da secção «não-cronística» da *Crónica do Conde* proposta por Diego Catalán¹⁵ consiste numa lista de tópicos cronologicamente avulsos sem qualquer esboço de ordenação ou hierarquização interna. Contudo, um olhar menos condicionado pela busca de uma progressão cronológica linear permite encontrar regularidades e identificar uma recorrência de padrões que é tudo menos aleatória, já que estes não se verificam apenas na dita secção «não-cronística», antes abrangem a totalidade do que terá sido a *Crónica do Conde*. O reconhecimento de tais características permite afirmar que, longe do caos expositivo que lhe tem sido assacado, a *Crónica de 1344*, tal como foi originalmente concebida, obedecia a uma lógica prévia e espelhava uma ordem própria decorrente de uma vontade autoral, consciente do objecto que tinha em mãos e da forma que lhe ia imprimindo. A descrição da *Crónica de 1344* que apresentarei de seguida tem precisamente o propósito de tornar inteligível o método compilatório que presidiu à construção do discurso historiográfico de Pedro de Barcelos. Vejamos então.

A análise estrutural efectuada por Lindley Cintra¹⁶ torna claro que o âmbito da obra se estendia, *grosso modu*, desde a Criação até ao presente da escrita; o que falta é entender de que forma está ordenado esse lapso temporal. A observação do ms. *M*, único testemunho extenso da redacção primitiva da *Crónica de 1344*, e a ponderação da sequência de matérias nele contidas levam a deduzir que o plano do conde de Barcelos não contemplava apenas uma, mas várias ordenações cronológicas, sucessivas ou encaixadas, parcialmente sobrepostas. De facto, o autor traça, num primeiro momento, uma linha do tempo absolutamente unívoca que começaria em Adão, continuaria pelos patriarcas, e que o manuscrito *M*, truncado no início, apenas permite seguir a partir dos juizes de Israel, passando pelos reis de Jerusalém de Saúl até Jeconias, apartando-se aí da história bíblica para continuar pelo império Persa, de Ciro até Dario, depois pelo Macedónio, começando com Alexandre e seguindo pelos Ptolomeus até Cleópatra, prolongando a sequência com os imperadores Romanos, de Júlio César a Teodósio, continuando pelo império do Oriente e entroncando depois, sem qualquer solução de continuidade, no Sacro Império, que acompanha de Carlos Magno até a Luís IV da Baviera, imperador entre 1314 e 1347, contemporâneo da escrita.

A enumeração apresentada pela *Crónica*, absolutamente esquemática se ressalvamos algumas breves explicações no momento da alteração de impérios, a referência explícita ao nascimento de Jesus Cristo, sob Octávio, e à cristianização do Império Romano, sob Constantino, é essencialmente baseada em Eusébio-Jerónimo¹⁷. O reconhecimento da fonte principal, porém, não basta para esclarecer o processo de compilação que está na base deste texto, nem para identificar os conceitos que o regem.

¹⁵ Catalán, *Crónica de 1344...*, pp. XXX, segue as divisões internas propostas por CINTRA, *Crónica Geral de Espanha...*, vol. 1, pp. XXXI-XXXIII.

¹⁶ Cintra, *Crónica Geral de Espanha...*, vol. 1, pp. XXXI-XXXVII.

¹⁷ A edição de Diego Catalán anota as fontes conhecidas à margem do texto, no início de cada capítulo ou no ponto em que o filólogo identifica alterações.

Com efeito, embora a maioria das listas recolhidas na *Crónica* dependa de forma mais ou menos próxima da obra de Eusébio de Cesareia, a sequência em que surgem não reproduz a ordenação matricial. Além disso, uma observação superficial leva desde logo a questionar que a compilação dos materiais se fundamente num princípio genealógico; trata-se, sim, de uma sucessão de soberanias estritamente uninominais¹⁸ que se revela independente de questões de filiação. Uma consideração mais atenta do texto deixa perceber que a passagem da soberania de uma sequência identificável de detentores do poder/território para aqueles que dele se apoderam corresponde à apropriação de um espaço que vai sendo sucessivamente alargado e simbolicamente sacralizado pela possibilidade da assimilação retrospectiva ao primitivo território judaico, subsequente à Criação e à expulsão do Paraíso. Não estamos aqui perante uma forma *sui generis* da *translatio imperii* (o que se torna patente dada a inusitada ausência do império mais antigo, o da Babilónia), mas de algo muito diferente nas suas implicações ideológicas: um processo simbólico de cosmogonização, baseado na dominação/domesticação totalizadora do Mundo à sombra de um espaço sacralizado/civilizado cujo eixo desliza de oriente para ocidente, do Paraíso terreal para Jerusalém, vindo finalmente fixar-se em Roma, sede ancestral do império cristão.

Tal perspectiva revela-se heurística uma vez que permite dar sentido às várias listas de reis da antiguidade, igualmente devedoras da obra de Eusébio-Jerónimo, que, na *Crónica do Conde*, se seguem a esta linha temporal principal e desempenham relativamente a ela uma função subsidiária. Significativamente, a primeira destas listas (cap. VIII, na numeração de Diego Catalán) acolhe os rejeitados imperadores da Babilónia (Assírios e depois Medos), registando-os até Astriages e à invasão persa de Ciro. Este não figura na lista, estando integrado na linha temporal principal onde a sua ascensão ao império coincide com o fim do cativo babilónico (final do cap. IV e início do cap. V). Ciro é, aliás, o primeiro não hebreu a ter lugar na linha temporal principal, onde se sucedem os detentores do poder no espaço cosmogonizado, seguindo-se aí a Jeconias, último rei de Jerusalém livre¹⁹.

¹⁸ A recusa da partilha de soberania entre vários dignitários torna-se particularmente evidente na sequência de imperadores romanos (Catalán, *Crónica de 1344...*, cap. 7), que em Eusébio-Jerónimo apresenta frequentes casos de associação simultânea ao trono de dois ou três indivíduos, dos quais a *Crónica de 1344* regista apenas um em cada momento, omitindo ou reescalando os restantes.

¹⁹ É interessante notar que, corroborando o princípio de soberania única posto em destaque acima, não são mencionados nem o conquistador Nabucodonosor, representante do império neo-babilónico (que, em Eusébio-Jerónimo, coexistia com os Medos), nem Zedequias, sucessor de Jeconias no cativo (que faz parte da lista de reis de Judá segundo Eusébio-Jerónimo). Esta exclusão compreende-se se se tiver em conta que estes reis representam poderes paralelos, cujo reconhecimento implicaria uma divisão da soberania. Somando à data da morte de Jeconias, 1426 da era de Abraão (após onze anos de reinado, contrariando os três meses que lhe eram atribuídos em Eusébio-Jerónimo), os setenta anos do cativo na Babilónia, obtém-se 1496, ano do início do reinado de Ciro. O facto de situações análogas se repetirem em outros momentos de transição de dinastias, leva a considerar que a alteração do tempo de reinado de Jeconias não corresponde a um erro, mas a uma manipulação deliberada da cronologia, de modo a obter uma sequência de poderes desprovida de sobreposições.

A última destas listas de reis antigos, muito longa (cap. XVII a cap. XXIV), regista as dinastias faraónicas pré-plotomaicas. A enumeração é interrompida a meio da 26ª dinastia por uma lacuna textual; mas a função desempenhada na *Crónica* pelos egípcios fica esclarecida se tivermos em conta que, na linha principal, após a morte de Dario e a submissão a Alexandre de todo o mundo salvo Roma (final do cap. V e início do cap. VI), são os Ptolomeus, que em Eusébio-Jerónimo se seguem à 31ª dinastia egípcia e à conquista por Alexandre, a assegurar a sucessão do Império, até serem, por sua vez, depostos por Júlio César, primeiro imperador romano, em tempos de «don Cleopetra» (final do cap. VI e início do cap. VII)²⁰. A totalidade do orbe encontra-se finalmente sob a égide Romana, faltando apenas a cristianização do Império para se completar o processo de cosmogonização sacralizante. Entre babilónios e egípcios, desfilam os reis da Macedónia até Filipe, os reis de Troia²¹, os das várias cidades-estado gregas que irão ser subsumidas no império persa ou macedónio, e os reis do Lácio desde Janus, prévio à fundação de Roma, até Tarquínio, marcando o fim da monarquia latina²². Ou seja, o Conde coloca-nos perante a enumeração de personagens detentoras do poder soberano nos vários territórios que vão sendo paulatinamente absorvidos no âmbito de uma soberania maior sobre o Mundo, construída ao longo da linha temporal sacralizada previamente posta em destaque e que se desenrola desde o início dos tempos até à contemporaneidade cristã e imperial da obra (final do cap. VII). Um dos indícios mais claros dessa incorporação territorial está na tendência para transferir o último nome das listas subsidiárias de reis, tal como aparecem em Eusébio-Jerónimo, para a sequência principal de senhores do Mundo.

Como o esquema anexo a este estudo permite comprovar, não é esta a única vez que a *Cónica do Conde* constrói uma linha temporal que vem desembocar no presente de narração. Tal acontece mais duas vezes na secção inicial dita «não-cronística», e volta a verificar-se repetidamente na secção cronística. Vejamos. Após a brusca interrupção das dinastias faraónicas acima assinalada, o texto é retomado a meio de uma enumeração dos reis Godos peninsulares que se prolonga com a sequência dos monarcas Asturianos, Leoneses e Castelhanos até Afonso XI. Diego Catalán considera que esta descontinuidade textual reflecte uma lacuna material de vários fólhos num

²⁰ Mais uma vez, na transição da dinastia dos Ptolomeus para a dos Césares, a *Crónica* considera que o império dos Gregos teve fim com Júlio César, primeiro imperador de Roma, contrariando a fonte, onde está bem explícita a transição de soberania para Augusto após a morte de Cleópatra. A manutenção desta versão implicaria que Cleópatra (aliás, «don Cleopetra») e Júlio César teriam partilhado o império, o que parece ser uma impossibilidade conceptual para Pedro de Barcelos. De acordo, uma vez mais, com os dados fornecidos pela *Crónica*, somando ao ano da morte de «don Cleopetra», 2002 da era de Abraão, os cinco anos de império de Júlio César, obtemos 2007, que a *Crónica* indica precisamente como ano da morte deste.

²¹ Estes, de fonte desconhecida.

²² É de notar que, não reconhecendo uma vez mais os poderes não soberanos e as soberanias partilhadas, o Conde exclui liminarmente o período da república e dos consulados, e não volta a referir Roma até ao advento do império com Júlio César (final do cap. XVI).

exemplar a montante do manuscrito *M*²³. A falta de texto correspondente a essa lacuna tem sido negligenciada, certamente por, na falta de reconhecimento de uma lógica de construção da *Crónica*, não ser viável fazer qualquer dedução sobre o seu conteúdo. Contudo, tendo em conta a organização da matéria historiográfica aqui delineada e uma curiosa remissão interna do próprio texto, é de crer que, uma vez terminadas as dinastias faraónicas, a *Crónica* apresentasse uma versão da pré-história mítica da Península onde avultariam os feitos de Hércules.

Com efeito, rompendo com a enumeração régia baseada em Eusébio-Jerónimo, a *Crónica* interpola no reinado do ateniense Teseu (cap. XIII) um excuro narrativo sobre a figura do herói grego onde avultam elementos que, surpreendentemente, são específicos da *General Estoria* de Afonso X²⁴; e anuncia, ainda, que irá adiante contar a vida do herói: «E este Ercules vivio cinquenta e dos años anssi commo adelante oyredes». O texto da *Crónica do Conde*, porém, não guarda qualquer relato sobre Hércules, limitando-se a referir pontualmente, na matéria proveniente da *Crónica do Mouro Rasis* e no relato do reinado de Rodrigo nela integrado²⁵, a acção construtora do herói grego, nomeadamente no que toca ao palácio dos cadeados de Toledo, cujo segredo o rei viola com trágicas consequências²⁶. O episódio da abertura do palácio por Rodrigo está relatado pelo Toledano, sendo retomado na *Estoria de España*; porém a ligação entre o palácio de Toledo e Hércules não é referida pela historiografia peninsular em vulgar antes da versão da perda da Espanha que se pode ler *Crónica do Conde*²⁷.

Sabemos, por outro lado, que a pré-história mítica da Península segundo a reformulação de *circa* 1400 da *Crónica de 1344* segue os capítulos correspondentes da *Estoria de España*, mas integra nos capítulos VII e VIII²⁸ um conjunto de elementos

²³ Ver Catalán, *Crónica de 1344...*, p. 26, aparato crítico.

²⁴ Catalán, *Crónica de 1344...*, p. 17 (margem), sugere interrogativamente esta filiação, que a comparação com a Historia de Hércules contada na segunda parte da *General Estoria*, entre as dos juízes de Israel Jepté e Esebón, vem confirmar para além de quaisquer dúvidas. O recente estudo de José Carlos Ribeiro Miranda, «A *Crónica de 1344* e a *General Estoria*: Hércules e a fundação da Espanha», in Marta Haro (dir.), *Literatura y ficción: «estórias», aventuras y poesia en la Edad Media*, Valencia, PUV, vol. 1, pp. 209-224, traz mais esclarecimentos e novas perspectivas sobre esta questão.

²⁵ Sobre a relação entre a *Crónica de 1344* e a *Crónica do Mouro Rasis*, ver CATALÁN, *Crónica de 1344...*, pp. LXII-LXVIII; e *id.*, *Crónica del Moro Rasis*, Madrid, Gredos.1975, pp. XVII-XIX.

²⁶ Sobre a complementaridade entre Hércules e Rodrigo nos relatos derivados da *Crónica do Mouro Rasis*, ver Madeleine Pardo, «Le Roi Rodrigue ou Rodrigue Roi», *Imprévue*, nº1 (1983), pp. 61-105, e Helder Godinho, «O poder e o amor na lenda do rei Rodrigo», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, s/n (1994/1995), pp. 303-310.

²⁷ Esta ligação não consta também dos relatos árabes dos séculos IX e X sobre a conquista da Espanha, escritos pelos historiógrafos Ibn 'Abd al-Ḥakam e Ibn al-Qūṭiyya, que apresentam as mais antigas versões conhecidas da lenda do Rei Rodrigo onde já aparece a casa de Toledo cerrada com cadeados (a tradução dos excertos correspondentes pode ler-se em Ramón Menéndez Pidal, *Reliquias de la Poesia Épica Española*, Madrid, Espasa-Calpe, 1951, pp. 6-11).

²⁸ Na edição de Cintra, vol. 2, pp. 22-30. Isabel Barros Dias, «Le Duel des Géants», in Brusegan, R. et alii, *L'Antichità nella Cultura Europea del Medioevo*, Greifswald, Reineke Verlag, 1998, pp. 195-205,

alheios a essa tradição textual, nomeadamente a construção por Hércules do palácio cerrado no local onde haveria de surgir a cidade de Toledo e uma prolepse que relata a aposição de cadeados pelos reis seguintes, Espam e Pirus, instituindo uma prática respeitada por todos os reis até Rodrigo. Desconhece-se completamente a fonte desta matéria. É evidente, contudo, a dependência funcional entre os dois episódios em causa (a construção do palácio dos cadeados por Hércules e a sua violação por Rodrigo), mais concretamente, o valor explicativo do primeiro relativamente ao segundo. Tal não pode deixar de sugerir que a introdução da referência a Hércules no relato da perda da Espanha é correlativa da continuação retrospectiva dessa problemática que a história da construção do palácio fornece. Será, pois, de admitir que se trate de elementos narrativos com uma génese textual comum.

A junção destes indícios à luz da lógica interna do texto leva a propor que a redacção original da *Crónica* incluísse uma pré-história mítica da Península onde matéria alfonsina sobre Hércules, colhida não da *Estoria de España* (que o Conde aparentemente não conhecia) mas da *General Estoria*, se combinasse com elementos próprios, de fonte desconhecida, fornecendo um enquadramento prévio para a culpa do rei Rodrigo na perda de Espanha. E leva ainda a formular a hipótese de que esses elementos, presentes na *Crónica* de Pedro de Barcelos, mas desconhecidos das *Estorias* alfonsinas, aflorem nos ditos capítulos VII e VIII da reformulação de *circa* 1400, onde terão sido interpolados no texto da *Estoria de España*. O estudo desta lacuna requer ainda muita investigação e ponderação; porém, qualquer que tenha sido a amplitude do seu conteúdo, os dados já apurados indicam que nela tinha início uma história peninsular cujo final nos chegou na esquemática sucessão de reis godos, asturianos, leoneses e castelhanos até Afonso XI preservada no capítulo XXV do ms. *M*, segundo a numeração de Diego Catalán.

A linha temporal seguinte, fundamentalmente baseada na chamada *Crónica do Mouro Rasis*, tem o seu ponto de chegada no final da secção «não-cronística», onde coroa com uma referência à batalha do Salado, em 1340, a descrição geográfica da Espanha e a memória dos senhores que a governaram, pagãos, cristãos ou mouros (a história dos emires do Al-Andalus, prolonga-se até 988 e configura um excuro temporal inserido entre a perda da terra pelo rei Rodrigo e a eleição de Pelágio em Covadonga), abarcando desde a chegada dos Godos até ao mesmo Afonso XI.

A derradeira grande linha temporal narra detalhadamente, ao longo de toda a secção cronística e tendo já como fontes estruturais textos da tradição historiográfica alfonsina, a história da reorganização territorial da Espanha cristã a partir de Ramiro I das Astúrias, detendo-se de novo em Afonso XI com a descrição da batalha do Salado. Linhas subsidiárias desenham, neste âmbito, novos excursos temporais, remetendo pontualmente para geografias externas à península. É o caso das histórias dos reis de Navarra, Aragão, Sicília, Inglaterra e França que se inscrevem no reinado de Vermudo III

compara a figura de Hércules neste texto e na *Estória de España*, centrando-se sobretudo no episódio do gigante Gerion.

de Leão²⁹, ponto de confluência dos territórios de Leão e Castela numa única coroa, e se prolongam tendencialmente até ao presente da narração³⁰. Também a história dos reis portugueses de Afonso Henriques a Afonso IV, inserida no reinado de Afonso VII, se configura como um excuro temporal autónomo cujo valor fundamental na economia interna da *Crónica* se espelha no facto de terminar, uma vez mais, com uma referência ao Salado. Como tive em outros estudos oportunidade de mostrar, verifica-se ainda que, à medida que a cronologia se restringe a épocas mais recentes e que a geografia se concentra na Península Ibérica, o texto da *Crónica de 1344* se adensa, apresentando um desenvolvimento narrativo crescente³¹.

Recapitulando: após a primeira linha temporal universalizante, o fio condutor da obra continua a desenrolar-se, girando sobre si mesmo numa progressão espiralada que produz uma sequência de unidades espaço-temporais de âmbito parcialmente sobreposto, multiplicando-se de acordo com uma estrutura de reprodução auto-similar e convergindo obsessivamente num ponto correspondente a um momento histórico bem determinado, que assim adquire uma visibilidade e significância excepcionais: a batalha do Salado ou, como o Conde consistentemente a refere, de Tarifa³².

Esta análise leva-nos de novo à relação entre a estrutura da *Crónica do Conde* e o pensamento genealógico. Apesar de a genealogia se caracterizar por uma progressiva divergência das linhas de descendência familiar e a *Crónica* obedecer a um princípio de convergência das distintas linhas de poder, é inegável que, do ponto de vista formal, os dois modelos se ajustam ao mesmo princípio básico de fragmentação sucessiva que, no

²⁹ A *Estoria de España* inseria também neste reinado a história dos reis de Navarra e Aragão; contudo, Pedro de Barcelos não reproduz esta inserção, pois procede ao deslocamento de capítulos da sua fonte de forma a inserir estes excursos entre a morte do Infante Garcia de Castela (Cintra, *Crónica Geral de Espanha...*, vol. 2, cap. CDXX) e do rei Vermudo III de Leão (*id.*, *ibid.*, cap. CDXLIII), na sequência da qual se irá dar a reunião dos dois territórios sob Fernando Magno. Pedro de Barcelos usa fontes alheias ao universo alfonsino, algumas ainda por identificar, para a matéria nova que introduz nestes pontos da sua *Crónica*.

³⁰ Reis de Navarra até Filipe de Valois (IV de França e I de Navarra, onde reinou de 1305-1314, sucedendo a sua mulher, Joana I de Navarra); de Aragão até Jaime II (1291-1327); da Sicília até inícios de Pedro II (1336-1342). No âmbito de soberanias estritamente não peninsulares, chega aos primeiros feitos de Eduardo III de Inglaterra (1327-1377) de Inglaterra e França alcança Filipe VI (1328-1350) de França. Os reis de Sicília, Inglaterra e França são específicos da *Crónica do Conde*, mas a reformulação de *circa* 1400 suprime os capítulos da redacção primitiva correspondentes a essa matéria.

³¹ Este processo é mais detalhadamente descrito em Ferreira, «Pedro de Barcelos e a salvação da Espanha».

³² A importância primordial da batalha do Salado/Tarifa no imaginário pessoal do conde D. Pedro e na construção do significado da sua obra torna-se ainda mais evidente se tomarmos em linha de conta que a preponderância simbólica de que goza não se confina à *Crónica*. Basta ver o magnífico relato dessa batalha, que surge no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* – ver o texto na edição de José Mattoso, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Lisboa, Academia de Ciências, 1980, vol. 1, pp. 242-257; o debate sobre a autoria é retomado e actualizado em Ferreira, «A estratégia genealógica de D. Pedro, §1, 40-48 – e recordar a inusitada menção que lhe é feita na epígrafe atributiva da única cantiga em castelhano que foi recolhida nos cancioneros galego-portugueses, remontando certamente ao *Livro das Cantigas* de Pedro de Barcelos: «El rei dom Alfonso de Castela e de Leon, que venceu el rei de Belamarim com o poder d’aalem-mar a par de Tarifa».

limite, reproduz indefinidamente a mesma forma, qualquer que seja a escala. Em termos geométricos, e ressalvadas as diferenças entre a matemática e a literatura enquanto sistemas de modelização do mundo³³, ambos os padrões apresentam afinidades com as formas fractais teorizadas por Benoît Mandelbrot³⁴, ao mesmo título que as sinapses cerebrais, os flocos de neve, as ondas do mar, as poeiras do cosmos e tantas outras figuras complexas recorrentes na natureza³⁵. No caso dos esquemas genealógicos, o padrão foi reconhecido há já muitos séculos, se não para as linhagens humanas para as das abelhas e dos coelhos, pelo matemático Leonardo de Pisa, dito Fibonacci, que viveu aproximadamente entre 1170 e 1240³⁶. De facto, a reprodução destes animais foi estudada e modelizada por Fibonacci num esquema baseado na sequência numérica que tem o seu nome e que está implicada na geração de figuras fractais³⁷.

A mesma série está também subjacente à forma que, por excelência, tem sido associada ao matemático de Pisa: a espiral que tem na concha do molusco *Nautilus*, (figura 1) o seu mais perfeito representante na natureza. Ora é precisamente uma imagem tridimensional com esta tipologia (figura 2) que a *Crónica do Conde* parece projectar, fazendo convergir as suas circunvoluções – espiras temporais mais ou menos fragmentadas, mais ou menos compósitas, mais ou menos densas – no centro do vórtice: a batalha de Tarifa.

³³ Mas ver Marcia Birken e Anne Christine Coon, *Discovering Patterns in Mathematics and Poetry*, Amsterdam, Rodopi, 2008, para o encontro destes dois universos.

³⁴ A obra fundacional desta interessante geometria, *Les objets fractals: forme, hasard, et dimension*, Paris, Flammarion, foi publicada por Benoît Mandelbrot em 1975.

³⁵ O estudo de Robert L. Devaney, «The Mandelbrot Set, the Farey Tree, and the Fibonacci Sequence», *The American Mathematical Monthly*, nº106, 4 (1999), pp. 289-302, interrelaciona várias destas formas e as sequências numéricas que as geram.

³⁶ Fibonacci, autor do *Liber Abaci* e considerado o introdutor da numeração árabe no ocidente após a sua estadia no norte de Africa, foi objecto de uma biografia científica onde a recepção posterior da sua obra matemática é tratada com particular atenção (ver Keith Devlin, *The Man of Numbers: Fibonacci's Arithmetic Revolution*, New York, Walker and Company, 2011).

³⁷ Um muito recente e interessantíssimo estudo sobre as origens da sequência de Fibonacci (T.C. Scott e P. Marketos, «On the origin of the Fibonacci sequence», MacTutor History of Mathematics, 2014, <<http://www.history.mcs.st-and.ac.uk/Publications/fibonacci.pdf>> [consultado a 16 de Julho de 2015]), mostra que ela era já conhecida na Índia, no Egipto e na Grécia antigos, e também, por volta do ano 1200, entre os apicultores da região norte africana de Bejaia, com quem Leonardo de Pisa terá tido contactos; aponta também para a possível ligação de Fibonacci aos meios intelectuais toledanos, através da sua colaboração com tradutor Michael Scotus, a quem o matemático dedicou o *Liber abaci* e cuja obra foca vários aspectos relacionados com a apicultura entre os árabes.

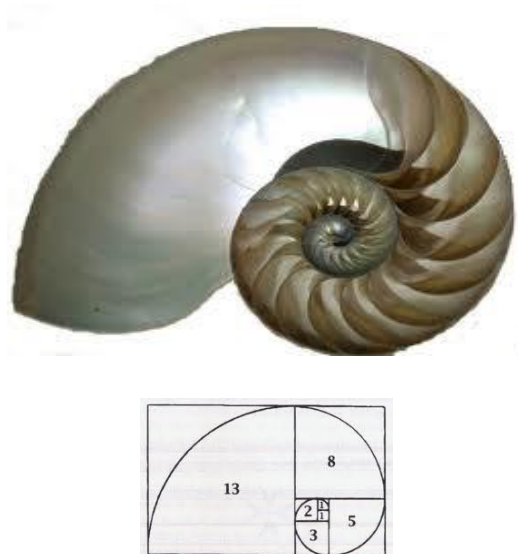


Figura 1: *Nautilus Pompilius* e sequência de Fibonacci.

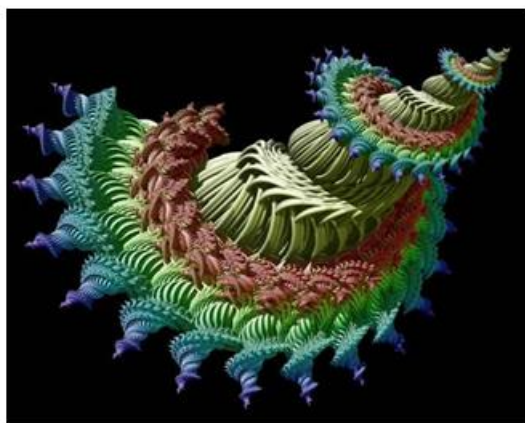


Figura 2: Imaginário do tempo histórico em Pedro de Barcelos (arte fractal).

A coalescência entre a linha temporal universalista e as três espiras correspondentes à história peninsular deixa entrever a homologia macrocosmos/microcosmos que a estratégia discursiva construída sobre esta imagem estabelece entre o Mundo e a Península. Indicia assim o significado intimamente imbricado dos percursos temporais representados, de tal modo que à absorção e cristianização do Mundo à sombra do Sacro Império corresponde o processo de soberania/dominação e de sacralização/civilização do território Hispânico. Iniciada por Hércules nas suas aventuras peninsulares, com o assentamento das colunas de Cádiz (porta simbólica de uma espaço assimilado cujo fechamento e protecção são magicamente propiciados pela construção em Toledo da casa onde cada rei deverá depositar um novo cadeado), a integração da Península na esfera da ordem é quebrada pelas múltiplas violações de Rodrigo, dando entrada aos mouros conquistadores e

pondo em marcha um período penitencial³⁸, marcado pela alternância de poderes e pela disputa da terra de Espanha, que irá culminar na batalha que tem lugar a 30 de Outubro de 1340 nas margens do rio Salado, que desagua, precisamente na baía de Cádiz, em Tarifa.

E é neste momento da análise que se torna imprescindível tomar em linha de conta a falsa etimologia deste recorrente topónimo que surge no cap. LXXXV, onde o autor indica ter sido esse o primeiro lugar onde aportaram as galés mouras na longínqua invasão da península, tendo aí desembarcado o exército cujo comandante, numa nova singularidade deste texto, não se chama Tarique, mas Tarifee. A vitória cristã que sete séculos mais tarde ocorre nesse mesmo local, Tarifa, vórtice narrativo da *Crónica do Conde*, surge, assim, envolvida numa aura providencial, vindo simbolicamente selar de novo o espaço matricial destinado por Hércules e reinstaurar a ideia da ordem e da soberania plena da Cristandade sobre o território hispânico.

Na *Crónica de 1344*, Pedro de Barcelos combina, pois, a representação multívoca da linha do tempo, que a escrita genealógica tão bem conhece, com as virtualidades significativas do vórtice enquanto figuração de um destino pré-determinado e inescapável. Manobrando habilmente as fronteiras entre a preservação da memória e a reconfiguração do passado, produz uma forma historiográfica idiossincrática que vai mediar a sua particular teoria do poder e revelar o sentido da surpreendente escatologia laica (o que não é o mesmo que profana), com que investe a história e o devir da Espanha³⁹. Apenas a compreensão da primeira, a forma, pode ser a chave para a apreensão do segundo, o sentido.

Desfeita a opacidade que envolvia a sua estrutura, é todo o olhar que incide sobre a *Crónica de 1344* que se altera: de justaposição aleatória de fontes avulsas, é reconduzida à sua dimensão ignorada de construção ideológica deliberada e coerente. Inaugura-se, assim, uma nova perspectiva crítica que poderá propiciar importantes avanços no conhecimento desta obra enigmática, tão emblemática da escrita medieval em Portugal. Do estudo de fontes à edição de texto mal conhecido, da análise de episódios à elucidação de pressupostos ideológicos e de desideratos políticos, há muito trabalho a fazer.

³⁸ Ver M. Pardo, «Le Roi Rodrigue...» e M. R. Ferreira, «“Terra de Espanha”: A Medieval Iberian Utopia», *Portuguese Studies*, nº 25 (2009), pp. 182-198 (pp. 190-192).

³⁹ Ver Ferreira, «Pedro de Barcelos e a salvação da Espanha».

Anexo

Estrutura cronológica da Crónica de 1344 (sequências de detentores de poder soberano)

1 [Adão---Juí]zes-----Lúis IV da Baviera
[Patriarcas, juí]zes e reis de Israel, imperadores e reis da Pérsia, Ptolomeus, imperadores de Roma, Sacro Império.
Convergência para esta "linha imperial" das linhas de poder externas
(Babilónios, Macedónios, cidades Gregas, Troianos, Latinos, Faraós). **10 fls.**

2 [... reis míticos da P.I.-----Go]dos-----Afonso XI
[... Gerion, Hércules, Espam, Pirro ...; poderes peninsulares e sua origem
(Romanos?, Godos das origens a Roma e daí à Península?); reis godos
peninsulares desde Alarico...]... até Rodrigo; reis asturianos, leoneses e castelhanos. [...] **2 fls.**

3 **Godos na P.I.-----Rodrigo/Pelágio -----Afonso XI/Salado**
I
Reis do Al-Andalus
(Tarifa)
Descrição da Península, entrada dos Godos/Maomé, soberanias de ambos os lados. **32 fls.**

4 **RAMIRO I-----*-----AFONSO VII-----AFONSO XI/Salado**
I
AFONSO H.-----AFONSO IV/Salado
(Tarifa)

*Insere reis de Navarra, Aragão, Sicília, Inglaterra e França no reinado de Bermudo III. **Restam em M 285 fls.**